



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ACTA N.º 13/2007

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 11 de Julho de 2007

----- Aos onze dias do mês de Julho de dois mil e sete, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Francisco Augusto Caimoto Amaral, José D'Assunção Pereira Galrito, José Carlos da Palma Pereira, Francisco Alho Xavier e Hugo Miguel Gago Barradas, respectivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente da Câmara pôs à discussão a acta n.º 12/2007, realizada dia 27 de Junho, cujos textos foram previamente distribuídos pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida acta. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º132) respeitante ao dia 11 de Julho, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.725.576,38 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos); -----

----- Operações Orçamentais - € 1.405.479,67 (um milhão quatrocentos e cinco mil quatrocentos e setenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos); ---

----- Operações Não Orçamentais - € 319.669,50 (trezentos e dezanove mil seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Vereador Sr. José Galrito interveio para fazer uma chamada de atenção para a obra a decorrer, junto ao rio Guadiana, nomeadamente à rampa e ao pouco espaço de manobra existente devido às escadas, bancos e floreiras lá construídas, sugerindo ainda que a rampa mais pequena seja melhorada, devido a ter melhor acesso à água. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. Francisco Amaral, usou da palavra para referir que a obra pertence ao Instituto Português dos Transportes Marítimos (IPTM) e que o projecto foi elaborado pelos técnicos do mesmo. Continuou referindo, que o espaço deve estar minimamente apresentável, por isso é da opinião que este deve contemplar árvores, iluminação pública e bancos, neste caso amovíveis, para tornar o espaço mais agradável, contudo aceita sugestões novas. Finalizou referindo que posteriormente vai existir um protocolo entre o IPTM e o Município, para que seja este a gerir o espaço e que ficou acordado entre os mesmos, que a rampa anteriormente existente não iria ser tapada. -----

----- O Vereador Sr. Francisco Xavier interveio para referir o descontentamento do Presidente da Junta de Freguesia de Martim Longo, Sr. Aníbal Carneira, relativamente ao que vem mencionado na página 6 da Acta n.º 11, realizada no dia 13 de Junho, referente ao “Acordo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e o Centro Paroquial de Martim Longo”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que o assunto já foi tratado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, solicitando de seguida alteração à página 6, da Acta n.º 11, **onde se lê** “...O Sr.

Presidente da Câmara interveio novamente para esclarecer que houve, desde o início, um convite por parte do Município para a integração da Junta de Freguesia no projecto, contudo o Sr. Presidente Aníbal Carneira nunca mostrou disponibilidade...”, deverá ler-se “ O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para esclarecer, que teve a oportunidade várias vezes de convidar o Sr. Presidente da Junta de Martim Longo para o acompanhar nas conversações e negociações e nunca o mesmo mostrou minimamente interesse em fazer parte, nem com 1% nem com 3%”. -----

----- **HABITAÇÃO FAMILIAR – Alteração/Requerente: José Miguel Amaral Ludovico:** O Sr. Presidente da Câmara não participou na discussão nem na votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do art.º 90 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, passando a presidir à reunião quanto a este ponto o Vice-Presidente José Carlos Pereira. -----

----- Foi presente uma informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística/Serviços de Obras Particulares e Loteamento Urbanos (DOPGU/SOPLU), com vista ao licenciamento e aprovação final, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos interveio para esclarecer que o requerente solicita a dispensa de apresentação do projecto de isolamento térmico nos termos da alínea c) do artigo n.º 2 do Decreto-Lei 80/2006, de 04 de Abril (RCCTE) e que a Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística (DOPGU) considera que o processo reúne condições para que o mesmo, mereça aprovação final, face as características do edifício e tipo de reabilitação proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento e projecto final. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROVEDADE/EMISSÃO DE PARECER REQUERENTE/Maria Rita Marta Alves:** Foi presente um requerimento de Maria Rita Marta Alves, residente em Cortes Pereiras, freguesia e concelho de Alcoutim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de Setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, relativamente à

constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 086.0001.0000, da freguesia do Pereiro, concelho de Alcoutim, sito nos Campeiros/Portela, com a área de 9.2520 ha, com duas partes, cabendo a quota de 2/3 a Maria Rita Marta Alves e a quota de 1/3 a Maria Gomes Alves Zambujal, que se destina segundo informação do requerente, a fins agrícolas, não vindo a ser, qualquer deles, objecto de divisão. Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir **Parecer Favorável** à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **REFORMA DA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO ALGARVE/ACORDO DE COLABORAÇÃO - Ratificação:** Foi presente uma proposta do acordo de colaboração em epígrafe, o qual se dá por transcrito para todos os efeitos legais e fica arquivado em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido de ser ratificado o acordo assinado no dia 06 de Junho de 2007, tendo em vista à colocação de sinalização harmonizada nos acessos aos pólos urbanos e recursos com relevante interesse turístico.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para mencionar que o acordo para a reforma da sinalização turística do Algarve foi celebrado no dia 06.06.07, numa cerimónia presidida pelo Secretário de Estado do Turismo, Dr. Bernardo Trindade, e na presença do presidente do Turismo de Portugal, Luís Patrão, do director Regional da Economia do Algarve, Mendonça Pinto e de representantes das autarquias aderentes à iniciativa. Continuou referindo, que o Turismo de Portugal financia em 50% o programa que conta com a participação de todos os municípios algarvios, à excepção de Vila Real de Santo António, que já tinha garantido financeiramente o seu projecto de sinalização turística. Finalizou, referindo que o acordo assinado visa colmatar lacunas ao nível da sinalização no Algarve, identificando e sinalizando os pólos turísticos de forma integrada e uniformizada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do referido acordo. -----

----- **PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO:** Foram presentes os seguintes pedidos de subsídio: -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE GIÕES:** solicitando um subsídio, para fazer face às despesas com a Maratona de Futsal, nos dias 21 e 22 de Julho e com a realização das Festas Tradicionais de Giões. Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de € 750 (setecentos e cinquenta) para a maratona de Futsal e € 2500 (dois mil e quinhentos) para a festa tradicional, que perfaz um total de € 3.250 (três mil duzentos e cinquenta euros). -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO/INTER-VIVOS:** solicitando um subsídio, para fazer face às despesas relativas com a realização do II Open de Futsal 24H Inter-Vivos, a realizar nos dias 14 e 15 de Julho. Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de € 750 (setecentos e cinquenta euros). -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO E CULTURAL DE MARTIM LONGO/ADECMAR:** solicitando um subsídio, para fazer face às despesas com as Festas Tradicionais de Martim Longo, a realizar no dia 31 de Agosto, 1 e 2 de Setembro de 2007. -----

----- O Sr. Presidente usou da palavra para propor o subsídio, no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

----- O Vereador Sr. Francisco Xavier usou da palavra para não corroborar com a proposta do Sr. Presidente relativamente aos € 5.000,00 (cinco mil euros), porque é da opinião que deveria ser atribuído um valor mais elevado, designadamente € 10.000,00 (dez mil euros), por considerar que a festa de Martim Longo já adquiriu alguma grandiosidade e dignidade, e não compreende porque é que se gasta avultadas verbas com a festa de Alcoutim e não com a aldeia de Martim Longo, sendo esta a maior freguesia do concelho. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos interveio para referir que a Autarquia encontra-se em contenção de despesas e que os subsídios são atribuídos conforme a dimensão das festas e os artistas contratados pelas várias associações do concelho. -----

----- O Vereador Sr. José Galrito interveio para referir que é da opinião que as festas deveriam ser com entradas pagas, questionando de seguida o Sr. Presidente relativamente aos critérios usados para atribuição dos subsídios. -

----- O Sr. Presidente usou da palavra para referir que não se pode comparar as festas tradicionais de Martim Longo com as grandiosas festas de Alcoutim, e que enquanto não aparecer uma Instituição/Associação com capacidade para a sua organização será o Município de Alcoutim a organizá-las. De seguida mencionou, que as festas de Alcoutim contemplam 5 (cinco) dias, onde existe uma homenagem às crianças, idosos, jovens e espanhóis. Referiu igualmente, que a principal preocupação nas festas é a segurança e não as entradas pagas, nomeadamente ao nível de lançamento do fogo de artifício e da travessia de barco. Quanto às restantes festas, é da opinião que deveram ser as comissões dos montes a tomar a decisão relativamente às entradas pagas ou não, e que os critérios usados para atribuição de subsídios terão a ver com dimensão das festas, como referiu o Vereador Sr. José Carlos Pereira. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Vereador Sr. Francisco Xavier, conceder um subsídio no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do protocolo em epígrafe, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido de ser concedido o montante de € 14.577,50 (catorze mil quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), importância paga pela Junta de Freguesia de Alcoutim aquando da elaboração do projecto do Edifício de Apoio ao Desenvolvimento, a doação da Escola Primária, bem com a colaboração da Autarquia em 50% do valor das obras de adaptação e equipamento necessário à instalação da Sede da Junta de Freguesia. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Srs. Vereadores José Galrito e Francisco Xavier, aprovar o referido protocolo. Os Srs. Vereadores apresentaram a seguinte

declaração de voto, que se passa a transcrever: “ Considerando que entre a Associação Alcance e a Junta de Freguesia de Alcoutim, em tempos, foi elaborado um protocolo que definia as regras e o espaço que era cedido para implementação de sede para a Junta de Freguesia de Alcoutim; Considerando que foi acordado pelas partes, que o projecto da obra era da responsabilidade da Junta de Freguesia de Alcoutim, no valor global de 14.577,50 (catorze mil quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos); Considerando que não se entende o facto de depois da obra concluída e já na fase de instalação, chega-se à conclusão de que a Junta de Freguesia de Alcoutim não pode ocupar o espaço acordado em protocolo, por alegadamente a lei não o permitir; O nosso voto contra tem a ver com não aceitarmos essas justificações, uma vez que se efectivamente isso existisse, deveria ter sido visto no início e não na fase de instalação”. -----

----- **REGULAMENTO DO LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – Alteração:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente, a qual se dá por transcrita para todos o efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido que a alteração ao artigo 25.º do Regulamento do Loteamento na Zona Industrial de Alcoutim aprovada por deliberação de Câmara de 13 de Junho de 2007, na alínea a) do n.º 2 passe a dispor da redacção sugerida pela Assembleia Municipal, em 29 de Junho de 2007, nomeadamente: “Artigo 25.º n.º 2 alínea a) **As características de toda a actividade económica o imponham, e seja devidamente justificável...**”. -----

----- O Vereador Sr. José Carlos Pereira interveio para explicar que o loteamento teve como principal objectivo incentivar o desenvolvimento do concelho de Alcoutim, contudo na atribuição dos lotes verificou-se que o projecto tipo bem como o respectivo regulamento tornava-se excessivamente restritivo para algumas actividades que se pretendiam realizar para a dinamização da zona industrial, e que em reunião da Assembleia realizada em 29 de Junho, esta vem propor alteração da alínea a) do n.º 2 do artigo 25 do Regulamento de modo a facilitar(**Falta-me a palavra**). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM –**

Venda dos lotes 3 e 4: Foi presente uma proposta do Sr. Presidente, a qual se dá por transcrita para todos o efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido que a venda do lotes 3 e 4 se efectue por Acordo Directo, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento do Loteamento na Zona Industrial de Alcoutim, considerando a situação de empresas privadas que pretendem a instalação de indústrias, oficinas e armazéns, em que a sede venha a ser o concelho de Alcoutim, bem como a situação de empresas especialmente localizadas em áreas urbanas e residências do concelho, que o preço de atribuição do lotes 3 e 4 seja de € 1.203,69 (mil duzentos e três euros e sessenta e nove cêntimos) e de 1.154,20 (mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos) respectivamente em conformidade com o disposto nos números 1 e 2 do artigo 7.º e n.º 1 do artigo 8.º e demais condições estabelecidas do Regulamento do Loteamento na Zona Industrial de Alcoutim, bem como que a comissão para a atribuição dos lotes prevista no artigo 9.º do Regulamento tenha a composição aprovada em reunião de Câmara Municipal, realizada em 28 de Junho de 2006, seguindo-se a demais tramitação no artigo 10.º e seguintes. -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **COMISSÃO DE FESTAS DO LABORATO/Isenção de Taxa:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espectáculos da Festa Tradicional do Laborato, nos dias 13, 14 e 15 de Junho do corrente ano. Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa. -----

----- **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL/Isenção de Taxa:** Foi presente um pedido de isenção de pagamento de taxa referente à licença de ruído para espectáculos da Festa Popular de Santa Justa, nos dias 17 e 18 de Agosto do corrente ano. Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da taxa. -----

----- **ADENDA AO ACORDO DE COLABORAÇÃO:** Foi presente a adenda ao protocolo em epígrafe, aprovado em reunião de Câmara, realizada

em 25 de Janeiro de 2006, com vista à alteração do n.º 1 da cláusula segunda do acordo de colaboração que passará a ter a seguinte redacção: “O financiamento a prestar pela Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) é do montante de € 4.800,00 (quatro mil e oitocentos euros)”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida adenda. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** O Sr. Arquitecto Martins usou da palavra para mencionar que na ordem de trabalhos não devia constar o ponto dos Assuntos Diversos, uma vez que os munícipes não têm antecipadamente conhecimento dos assuntos que vão ser tratados na reunião. Finalizou referindo, que deveria existir um Regulamento Municipal para as Festas Tradicionais. -----

----- O Sr. Presidente esclareceu as dúvidas apontadas. -----

----- **APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÃO EM MINUTA:** A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo, a deliberação tomada na presente reunião e a seguir mencionada: “**REGULAMENTO DO LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – Alteração**”; “**LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – Venda dos lotes 3 e 4**”. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Técnica Superior Assessora, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

A Secretária